



ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA COM ÊNFASE EM GESTÃO DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

SAULO CAVALCANTI DE MENEZES

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

SAULO CAVALCANTI DE MENEZES

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado ao Programa de Residência em Saúde da Família com Ênfase em Gestão de Redes de Atenção à Saúde da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Coletiva.

Orientador(a):

Prof. Me. Itamar Lages

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela a oportunidade estar concluindo essa residência.

Aos meus pais que me ajudaram a trilhar este caminho ate aqui. Aos residentes da X Geres

A todos os profissionais da X geres, especialmente a Marcia e ao nosso tutor Walmir que durante dois anos deram suporte a todos os residentes da X Geres

Ao meu orientador Itamar que com grande paciência e sabedoria me ajudou na conclusão desse trabalho

E a Yokebedh que sempre me apoiou e me ajudou na construção da pessoa que eu sou, além de ter paciência em ouvir todas as minhas reclamações.

"Levante sua cabeça e prossiga com sua vida...

Você tem suas próprias pernas para poder

Andar, então use-as."

Edward Elric.

RESUMO

A mudança na prática e na formação odontológica acompanha o processo de construção do Sistema Único de Saúde. Com a ampliação do SUS, se fez necessário um maior contingente de profissionais qualificados para poder atender a todo o amplo espectro de necessidades que a população apresenta. Atualmente na área de saúde bucal, há 3 profissões de nível técnico: Técnico em prótese dentaria (TPD), Técnico em saúde bucal (TSB) e o Auxiliar em Saúde Bucal (ASB). **OBJETIVO:** Analisar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos técnicos de saúde bucal de instituições públicas do estado de Pernambuco. **METODOLOGIA:** Este estudo apresenta um desenho descritivo e analítico de abordagem qualitativa, utilizando-se da análise de documentos como estratégia metodológica. **RESULTADO:** Observa-se a necessidade da inclusão na grade curricular ao menos uma disciplina voltada para a politização do profissional, evitando-se assim uma formação exclusivamente tecnicista voltada apenas para a reprodução de uma tarefa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASB Auxiliar de Saúde Bucal

CF Constituição Federal

CNSB Conferência Nacional de Saúde Bucal

CEO Centro de Especialidades Odontológicas

CRO Conselho Regional de Odontologia

EqSF Equipe de Saúde da Família

ESB Equipe de Saúde Bucal

ESPPE Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco

MEC Ministério da Educação

SUS Sistema Único de Saúde

TPD Técnico em Prótese Dentária

TSB Técnico em Saúde Bucal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Profissionais Técnicos na área de saúde Bucal Erro! Indicador	não definido
3. OBJETIVOS	10
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
4.1. Metodologia proposta	10
4.2. Critérios de inclusão	10
4.3. Análise de dados	11
4.4. Riscos e Benefícios	11
4.5. Desfecho primário	11
4.6. Desfecho secundário	11
4.7. Fontes secundárias de dados Erro! Indicador	não definido
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
6. REFERÊNCIAS	17
7. APÊNDICES	20
APÊNDICE A- JUSTIFICATIVA DA NÃO APRESENTAÇÃO DO TCLE	20
APÊNDICE B- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	21
APÊNDICE C- CURRÍCULOS LATTES	23
8 ANEXOS	26

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, a odontologia permaneceu distante enquanto pauta nas políticas públicas de saúde no Brasil. Assim, os serviços que ofertavam tratamento odontológico eram extremamente limitados, com atuação de profissionais cujo enfoque era baseado na assistência curativa e não preventiva (BRASIL, 2016). Tal modelo de atenção biomédico resultou da influência direta dos EUA e serviu de base para a formação dos profissionais da odontologia no Brasil, incluindo os técnicos e auxiliares em saúde bucal (TOASSI et al., 2012).

Apesar da formação desses profissionais a partir de 1952, pelo Serviço Especial de Saúde (SESP), no Brasil, apenas em 1984 o Conselho Federal de Odontologia aprovou o exercício da profissão. Atualmente, o técnico em saúde bucal e o auxiliar em saúde bucal são profissionais que integram a Equipe de Saúde Bucal (ESB) no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2017; CARDOSO, MARA, 2019).

Dentro desse contexto, alguns marcos históricos trouxeram perspectivas de mudanças do modelo de atenção hegemônico, destacando-se as Conferências Nacionais de Saúde Bucal (CNSB). A primeira delas ocorreu em 1986, como parte integrante da 8ª Conferência Nacional de Saúde. A segunda e terceira aconteceram em 1993 e 2004, respectivamente. As conferências tiveram grande impacto, trazendo proposições que orientavam o poder público quanto à garantia do acesso à saúde bucal em todos os níveis de atenção, com ações norteadas pela integralidade (BRASIL, 2005).

Além disso, as conferências levantaram aspectos sobre a organização e formação de recursos humanos na odontologia. Alguns dos pontos enfatizados consistiram na necessidade de adoção de uma Política de Recursos Humanos em Saúde Bucal e reformulação do Sistema Educacional, com ampla revisão dos currículos mínimos, de modo a atender as realidades em saúde e social do país, passando a considerar, mais tarde, o desenvolvimento de habilidades necessárias para o trabalho no âmbito do SUS (BRASIL, 1986; BRASIL, 1993; BRASIL 2005).

Apesar da atribuição do SUS em ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde, o Ministério da Educação (MEC) foi quem assumiu este papel por muito tempo,

provocando distorções difíceis de serem superadas, um dos fatores potenciais que dificultou a concretização do SUS da forma como foi concebido. Assim, por muito tempo o MEC baseou a estrutura curricular dos cursos de graduação em saúde no modelo biomédico, sem nenhum diálogo com as necessidades do SUS (CUTOLO, 2003; CECCIM, 2019).

Até aqui, todos os documentos envolvendo Recursos Humanos da Saúde consideraram os aspectos referentes à educação como sendo ligados à valorização dos trabalhadores e do trabalho por meio da elevada qualificação destes, sem considerar, todavia, as relações de aprendizagem e processo pedagógico interinstitucional (CECCIM, 2019).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) no Ministério da Saúde, o campo das políticas de gestão da educação em saúde tomou um grande impulso, resultando, pela primeira vez, na concepção de uma política nacional capaz de criar condições de viabilidade para a aproximação estratégica entre saúde e educação (DIAS, LIMA, TEIXEIRA, 2013; CECCIM, 2019).

Os avanços alcançados com a implementação do SUS e com a posterior Política Nacional de Saúde Bucal (BRASIL, 2004) resultaram na ampliação dos serviços públicos pelos processos de municipalização e descentralização, a incorporação das Equipes de Saúde Bucal (ESB) nas Equipes de Saúde da Família (ESF), em 2000, e o estabelecimento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), em 2004, permitindo a ampliação da oferta do atendimento odontológico e a inserção dos profissionais técnicos e auxiliares em saúde bucal em todo o país. Segundo dados do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (CRO-PE), o estado contava, até 2017, com 7.160 ASB, 559 TSB e 448 TPD atuando em diferentes setores (CRO/PE, 2017).

Considerando que, atualmente, profissionais e trabalhadores técnicos de nível médio representam uma considerável parcela da força de trabalho atuante no setor saúde (mais de 60%) (BRASIL, 2015) e que as ações desenvolvidas por esses profissionais são indispensáveis para a construção e fortalecimento de um serviço pautado na integralidade e humanização da atenção, torna-se relevante o conhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que embasam a formação desses profissionais. Ademais, a sistematização de informações sobre processos formativos ainda é um assunto pouco estruturado, e investigações se fazem necessárias, especialmente considerando-se os investimentos da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil, 2004).

Dessa forma, o presente projeto busca realizar uma análise crítica dos PPP dos cursos técnicos em saúde bucal realizados em instituições públicas do estado de Pernambuco. Tal

análise insere este projeto no campo de estudo da educação profissional na saúde (PEREIRA e RAMOS, 2006) e, neste, adota uma abordagem crítica quanto à formação profissional numa sociedade dividida em classes (RAMOS, 2005; PEREIRA e LAGES, 2013).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As primeiras experiências, sob exercício legal, de auxiliares de dentistas ocorreram nos Estados Unidos da América (EUA), em 1913, com a realização de um trabalho voltado para crianças, que incluía atividades como escovação dentária e remoção de tártaro (DUNNING, 1958). Ainda nos EUA surgiram, em 1910, os primeiros programas de formação para auxiliares de saúde bucal (TORRES, 2009).

No Brasil, só a partir de 1952 foi inaugurada a primeira iniciativa com pessoal auxiliar na odontologia. O SESP criou as Auxiliares de Higiene Dental (AHD), cujas atribuições compreendiam as ações educativas, de prevenção e promoção de saúde, além de auxiliar o serviço clínico nas zonas rurais (KITANI, CASTRO, 2015). Na década de 1960, a educação profissional em saúde sofreu mudanças, quando o decreto da lei de Diretrizes e Bases, em 1961, autorizou a realização de cursos técnicos de nível médio para a área da saúde, e em 1966 o MEC reconheceu a formação dos técnicos de enfermagem. (RAMOS, 2010).

A formação em Odontologia, ao longo dos anos, foi marcada pelo caráter conservador e dogmático dos currículos, de conteúdo fragmentado em ciclos isolados, com ênfase no aspecto biológico e técnico e a supervalorização das especializações, tendo como referência de atuação a inserção no mercado privado. Marcos históricos como a Reforma Sanitária, a criação e implementação do SUS e os reflexos da formação e prática dos profissionais na condição de saúde da população, acabaram por denunciar a necessidade de transformações nessa formação, de modo a oferecer respostas contextualizadas com as necessidades do país e voltada para o fortalecimento da atenção primária no SUS (PAIM, 2013; VENDRUSCOLO et al., 2016).

É importante destacar nesse percurso as três Conferências Nacionais de Saúde Bucal (CNSB) que fortaleceram o processo de reorientação do modelo de atenção à saúde bucal. A I CNSB (1986) discutiu, entre outros, a desvinculação dos programas de saúde e educação em nível oficial, a exemplo da desvinculação da Odontologia dos programas de saúde dos trabalhadores, enfatizou a baixa utilização de pessoal auxiliar e reforçou a necessidade de

adoção de uma Política de Recursos Humanos em Saúde Bucal e reformulação do Sistema Educacional, com revisão ampla dos currículos mínimos visando uma melhor organização, direcionamento e comprometimento dos recursos humanos da área (BRASIL, 1986; VIANNA, PAIM, 2016)

Já após a promulgação da Constituição de 1988, em 1993, as discussões da II CNSB permitiram a aprovação de diretrizes e estratégias políticas para a Saúde Bucal no país, levando em conta um novo modelo de atenção em Saúde Bucal. Em seu relatório final, afirmou que saúde e educação são condições e consequências do exercício da cidadania; portanto, pressupostos básicos para seu exercício responsável (BRASIL, 1993; VIANNA, PAIM, 2016).

A III CNSB reiterou os pressupostos das II CNSB, expondo que a necessidade de mudança faz da educação instrumento formador da consciência do sujeito socialmente responsável e elemento fundamental no contexto da atenção à saúde. O diagnóstico da formação para a saúde bucal permaneceu atrelado à necessidade constante de se redefinir o modelo de formação de recursos humanos dos cursos da área da saúde, tendo como referência a realidade social do país e atuação no âmbito do SUS (BRASIL, 2004, VIANNA, PAIM, 2016). A implantação da Política Nacional de Saúde Bucal, desafiou essa área da saúde a conduzir a reorientação do modelo de atenção, em consonância com as demais políticas, para então institucionalizar-se como parte integrante da Política Nacional de Saúde (ANTUNES, NARVAI, 2010).

Em 2003, frente à necessidade de organização da Equipe de Saúde Bucal (ESB), o ministério da saúde, mediante a SGTES, e em consenso com outras organizações como Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), o Conselho Federal de Odontologia (CFO), entre outras, coordenou um trabalho para a elaboração do perfil dos técnicos e auxiliares em saúde bucal (FRAZAO, NARVAI, 2011).

Considerou-se para a construção desse perfil: a consonância com os princípios do SUS, com o trabalho orientado pela integralidade, humanização do cuidado, ética e trabalho em equipe; todos os aspectos da prática desses profissionais, incluindo ambientes de trabalho, inserção, organização e regulação do trabalho e o atendimento às demandas individuais e coletivas; e a observância das bases legais que regulam essa profissão (BRASIL, 2004).

Embora a profissão já tenha sido reconhecida até aqui, somente em 2008 foi sancionada a lei 11.889/2008 que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal (TSB) e de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) (BRASIL, 2008). Além da referida

lei, os profissionais também devem seguir as resoluções CFO- 063/2005 e a resolução CFO- 042/2003 que regem as suas atribuições, apresentadas no Quadro 1 (CRO-PR).

Diante do exposto, apesar de ser reconhecida a relevância desses profissionais dentro dos serviços de saúde, sobretudo no setor público, e a sua participação no fortalecimento do SUS, existe uma escassez de estudos que tragam reflexões sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de curso de TSB e ASB. Dos poucos estudos recentes encontrados um objetivou-se analisar os PPP de cursos técnicos em enfermagem (RODRIGUES, ANDRDE, 2017) e outro de cursos técnicos em enfermagem e saúde bucal (LIMA et al., 2018).

Rodrigues e Andrade (2017) analisaram os PPP indagando a existência das dimensões do cuidado e evidenciaram que os documentos revisados não corroboram com a ideia de cuidado ampliado, com o ensino e prática centradas no modelo biomédico. Já Lima et al. (2018), ao analisar os PPP sob a temática do envelhecimento, evidenciou alguns pontos negativos, dentre eles a formação uniprofissional, cujo modelo não contribui com as mudanças necessárias para a atenção à saúde da pessoa idosa. Esses resultados são inquietantes e sugerem, além da mobilização de atores do setor da educação e saúde, a elaboração de estudos que possam embasar futuras, e necessárias, transformações.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	
ATRIBU	UIÇÕES	
Participar do treinamento e capacitação de auxiliar em saúde bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde	Organizar e executar atividades de higiene bucal	
Participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais	Processar filme radiográfico	
Participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador	Preparar o paciente para o atendimento	
Ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista	Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;	
Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-	Manipular materiais de uso odontológico	

dentista	
Supervisionar, sob delegação do cirurgião- dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal	Selecionar moldeiras
Realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas	Preparar modelos em gesso
Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista;	Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal
Proceder à limpeza e à antissepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos, inclusive em ambientes hospitalares	Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho
Remover suturas	Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal
Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos	Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos
Realizar isolamento do campo operatório	Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários
Exercer todas as competências no âmbito hospitalar, bem como instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos e hospitalares.	Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

PROIBIÇÕES

Exercer a atividade de forma autônoma

Prestar assistência direta ou indireta ao paciente, sem a indispensável supervisão do cirurgiãodentista

Realizar, na cavidade bucal do paciente, procedimentos não discriminados no artigo 5º da Lei nº 11.889/2008, de 24/12/2008

Fazer propaganda de seus serviços, exceto em revistas, jornais e folhetos especializados da área odontológica.

QUADRO 1: Atribuições do TSB e ASB Fonte: Conselho Regional de Odontologia do Paraná.

3. OBJETIVOS

Analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos técnicos de saúde bucal de instituições públicas situadas no estado de Pernambuco.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Delineamento da pesquisa

Este estudo apresenta delineamento descritivo, com abordagem qualitativa, utilizandose da análise de documentos como estratégia metodológica. Os procedimentos metodológicos seguidos envolvem a leitura sucessiva dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos técnicos em saúde bucal de instituições públicos do estado de Pernambuco, a fim de identificar os componentes societários, éticos, técnicos, de relações com outras categorias e grupos organizados da sociedade civil. Os procedimentos mencionados fazem parte do arsenal da Análise de Discurso (ORLANDI, 1996 e 2007)

4.2. Critérios de inclusão

Serão incluídos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cursos técnicos em saúde bucal de instituições públicas do estado de Pernambuco.

4.3. Análise de dados

A abordagem metodológica qualitativa implica na investigação de elementos da subjetividade, portanto, da ideologia, da produção dos sentidos e da interpretação a partir da estrutura da língua. Essas características, e o fato de que vários textos compuseram o material de análise, (ORLANDI, 1996, 2007).

4.4. Riscos e Benefícios

Os riscos foram os de expor indevidamente as instituições que ofertarem os seus projetos dos cursos técnicos de saúde bucal e de prótese dentária. Os riscos passíveis de acontecer foram todos evitados, dada a formação ética das pessoas responsáveis por este projeto que é normativamente guiado pela resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os benefícios deste projeto são: contribuir com as instituições de formadoras nos processos avaliativos dos seus projetos de curso; contribuir com os setores de educação permanente das instâncias gestoras do SUS nos processos de avaliação da formação técnica para o SUS; contribuir com o desenvolvimento dos estudos na área de educação permanente.

4.5. Desfecho primário

Adquirir conhecimento acerca dos elementos estruturais dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos técnicos em saúde bucal.

4.6. Desfecho secundário

A construção de reflexões acerca da adequação dos elementos estruturais dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) quanto ao estabelecimento de uma formação que supere o modelo biomédico de atuação profissional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Duas instituições públicas entraram nesse estudo: a ESPPE e a Soares Dutra, sendo que esta última não mais disponibiliza os cursos de formação de nível técnico, apenas o Curso de Aperfeiçoamento em Atenção e Cuidado na Saúde Bucal/CASB, o qual é voltado para os profissionais que já estão atuando na área. A formação do CASB se deu por meio da demanda dos gestores municipais que já possuíam profissionais em suas unidades de saúde. O CASB mantém-se alinhado às exigências específicas da habilitação da área para desenvolver ações integradas, em equipe, cuja expressão máxima venha a consolidar-se na estratégia da Linha de Cuidado na Saúde bucal.

O CASB possui uma carga horária menor quando comparada aos cursos técnicos, tendo um total de 180 horas, por se tratar de um aperfeiçoamento. Esse é um dos principais fatores pelo o qual este tem a capacidade de abranger um maior número de alunos.

O quadro 2 foi construído a partir do material disponibilizado por essas instituições e traz alguns pontos relevantes sobre o conteúdo dos PPP analisados. Foi possível verificar que, em ambas instituições, os conteúdos sobre legislações que regem a profissão, abordando atribuições e proibições, além de módulos voltados para o SUS, são ofertados no início do curso.

Apesar de estar explícito nos projetos que o perfil do profissional almejado deve possuir, entre outros, o comprometimento com a participação e transformação social, considerando a construção de uma capacidade crítica e reflexiva, os conteúdos sobre políticas públicas e a formação voltada para o SUS foram consideradas insuficientemente abordados na grade curricular da escola Soares Dutra, considerando a carga horária de 20 horas na disciplina "Noções de Saúde Pública". Tal achado constitui um fator impactante na formação de profissionais que atuam e/ou atuarão no SUS, visto que contribui para a persistência do modelo biomédico da saúde, cujos aspectos técnicos se sobressaem aos políticos, sociais e humanitários da profissão.

Nesse sentido, Rodrigues e Andrade (2017) detectaram uma problemática similar ao analisarem os PPP de cursos técnicos em enfermagem. Os autores evidenciaram que esses documentos não abordam as múltiplas dimensões de cuidado investigados, pondo em risco a formação de um profissional pautado no modelo biomédico.

Já o CASB apresentou uma carga horária maior dos conteúdos voltados para políticas públicas, contribuindo para a construção do pensar reflexivo, ético e humanístico e com foco

no SUS e no bem-estar dos usuários. Isso pode ser verificado a partir da oferta de conteúdos voltados para saúde das pessoas com deficiência, acolhimento do paciente, grupos de risco (tuberculose, HIV), política de humanização do SUS, entre outras, presentes no currículo do curso. Essa característica positiva encontrada pode ser explicada pela própria natureza do curso, de aperfeiçoamento, oportunizando a oferta de conteúdos extras, para além daqueles trabalhados no curso de técnico.

Ainda dentro desse contexto, Lima et al. (2018), ao analisarem projetos pedagógicos de cursos técnicos de diferentes profissionais da saúde e a adequação dos conteúdos sobre a temática do envelhecimento, enfatizaram a necessidade de melhorias nos componentes curriculares, sobretudo com uma maior inclusão dos aspectos econômicos e sociais, e não somente a cura de doenças, o que demonstra, mais uma vez, que o modelo biomédico continua sendo reproduzido nas instituições de ensino técnico.

No que diz respeito às atribuições dos técnicos e auxiliar em saúde bucal, o projeto aborda atividades importantes, além daquelas exclusivamente técnicas, como a participação no planejamento de atividades, participação em levantamentos epidemiológicos e a realização de atividades de promoção e prevenção. Embora as atribuições desses dois profissionais (técnico e auxiliar em saúde bucal) sejam bem definidas, estudos tem demonstrado que não há diferenças entre o processo de trabalho realizado por ambos, de modo que o auxiliar vem realizando atividades de atribuição do técnico. Isso demonstra que as potencialidades desses profissionais estão sendo pouco aproveitadas, trazendo à tona a reflexão de que a lei n. 11.889, que regula a atuação desses profissionais, não tem cumprido seu papel, enquanto instrumento legal, de estimular a ampliação das competências e atribuições (WARMLING et al., 2016a; WARMLING et al., 2016b, ZINA et al., 2017).

Quanto às inovações pedagógicas, ambas as instituições utilizam como metodologia de ensino a problematização para gerar reflexões e ações práticas. Tal metodologia foca na observação de uma problemática real e na formulação de hipóteses que possam solucionar os problemas estabelecidos. Nesse aspecto, a existência de políticas indutoras é uma realidade no país, sendo disponibilizadas para instituições analisarem seus métodos e concepções de ensino, com objetivo de favorecer a aproximação entre ensino e serviço (GOMES et al., 2010).

Ademais, as duas instituições demostraram preocupação na seleção do seu corpo docente, procurando profissionais com pós-graduação e que possuam experiência na área a qual vão lecionar. Destaca-se a importância de um maior apoio das instituições de ensino na qualificação de seus profissionais, salientando a responsabilização do próprio docente pela busca constante por sua qualificação, tendo em vista que isso reflete diretamente na qualificação dos alunos em formação (DUARTE et al., 2019). Nesse ínterim, além do domínio dos conhecimentos básicos da sua área, o docente também deve possuir domínio pedagógico do processo de ensino-aprendizagem, exercendo, ainda, a dimensão política na prática da docência (BATISTA,2015).

	ESPPE	SOARES DUTRA	
Cobertura	10 gerencias regionais. Totalizando ao todo 157 municípios	1 gerencia regional. Totalizando ao todo 20 municípios	
Objetivo	Qualificar os trabalhadores de nível médio em Atenção e Cuidado na Saúde Bucal para trabalhadores da Rede SUS que integram as Equipes de Saúde Bucal (ESB) da Estratégia de Saúde da Família e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) dos municípios que compõem dez Regionais de Saúde em Pernambuco.	Qualificar o Auxiliar em Saúde Bucal e habilitar o Técnico em Saúde Bucal, priorizando o desenvolvimento da sua capacidade de aprendizagem, a constituição de práticas técnicas críticas, éticas, humanísticas, melhorando a qualidade do cuidado à saúde dentro dos princípios da divisão responsável de tarefas, especialmente nos serviços de Saúde Bucal da Rede SUS.	
Público Alvo	a) trabalhador vinculado aos serviços de saúde bucal da Rede de Atenção Básica e/ou dos Centros de Especialidades Odontológica - CEO do Sistema Único de Saúde; b) ter concluído o ensino médio (ou estar cursando o 3º ano), ou ter concluído o curso de técnico em saúde bucal e/ou o curso de auxiliar de saúde bucal.	a) O Curso Técnico de Nível Médio em Saúde Bucal será oferecido a jovens e adultos. b) O candidato matriculado no Curso Técnico em Saúde Bucal deverá ter concluído o Ensino Médio.	
Número De Vagas	1.164 vagas, divididas em 32 turmas	Não consta no material obtido	
Metodologia De Ensino	Proposta pedagógica de cunho progressista - modelo histórico-dialético, realizada a partir da reflexão sobre a prática, de forma contextualizada e problematizadora, gerando aprendizagens significativas	Utilizando a metodologia da problematização, possibilitando o desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas. A prática pedagógica fundamentase numa concepção crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Respeita conhecimentos e experiências dos participantes e pauta-se no princípio ação-reflexão-ação.	

Corpo Docente	O corpo docente compõe-se de	Profissionais pós-graduandos da
	profissionais graduados em	área da odontologia, informática e
	odontologia com experiência em	letras.
	saúde pública, preferencialmente na	
	atenção básica e especializada em	
	saúde bucal, que foi selecionado	
	através de Processo de	
	Credenciamento de Instrutores cujo	
	perfil exigido garante a necessária	
	correlação dos conteúdos técnico-	
	científicos que serão abordados em	
	sala de aula, no contexto do ensino-	
	serviço e teoria-prática profissional.	
Ambientes De	Para execução dos módulos	Salas de aula situadas na própria
Aprendizagem	teóricos do CASB serão utilizadas as	instituição.
	salas de aula, preferencialmente, da	
	rede pública de ensino, municipal ou	
	estadual, através de parcerias via	
	Gerência Regional de Saúde.	

QUADRO 2: Pontos chaves observados nas duas instituições.

CONCLUSÃO

De maneira geral, os documentos analisados apresentaram-se alinhados com os princípios e perfil necessários para atuação no SUS, no que diz respeito às atribuições e competências dos profissionais. Ainda, algumas inovações foram encontradas, tais como a adoção de metodologia de ensino baseada na problematização. No entanto, a carga horária da disciplina que abrange a temática de políticas públicas, no curso da instituição Soares Dutra, foi considerada insuficiente, tornando contraditória a construção do perfil de egresso almejado. Sugere-se o aumento da carga horária dessa disciplina a fim de potencializar uma formação que inclua aspectos políticos da sociedade, evitando-se o perfil exclusivamente tecnicista, característico do modelo biomédico tradicional.

Esta pesquisa se limitou à análise de documentos, sendo necessário investigar se as informações apresentadas condizem com a prática desses profissionais, sobretudo no SUS. Sugere-se o aprofundamento da temática, por meio de estudos sobre a percepção de docentes e discentes sobre o ensino, como também com egressos atuantes nos serviços de saúde.

6. REFERÊNCIAS

- 1. ANTUNES, J. L. F.; NARVAI, P. C. POLÍTICAS DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL E SEU IMPACTO SOBRE AS DESIGUALDADES EM SAÚDE. REV SAÚDE PÚBLICA, SÃO PAULO, V. 44, N. 2, P. 36-0- 365, 2010
- BATISTA, SYLVIA HELENA SOUZA DA SILVA ET AL. FORMAÇÃO EM SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DOS PROGRAMAS PRÓ-SAÚDE E PET-SAÚDE. INTERFACE-COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, V. 19, P. 743-752, 2015.
- 3. BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. ESTRATÉGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM. 4. ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 1989.
- 4. BRASIL. LEI 11.889 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008: REGULAMENTA O EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL TSB E DE AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL ASB.
- 5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. COORDENAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA: MS; 2004
- 6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004. DISPONÍVEL EM: < HTTP://189.28.128.100/DAB/DOCS/PUBLICACOES/GERAL/DIRETRIZES_DA_POLITICA_NACIONAL_DE _SAUDE_BUCAL.PDF> ACESSO EM SET. 2017.
- 7. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA № 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. APROVA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, ESTABELECENDO A REVISÃO DE DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). BRASÍLIA, DF: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017. DISPONÍVEL EM: http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017
- 8. CECCIM, R. B. EMERGÊNCIA DE UM "CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA": ORDENAMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE. SANARE, SOBRAL V.18 N.01,P.68-80, JAN./JUN. 2019.
- 9. COMPETÊNCIAS DE AUXILIARES E TÉCNICOS DE SAÚDE BUCAL E O VÍNCULO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ. COLEÇÃO MANUAIS, CRO/PR. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL. 2010. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.CROPR.ORG.BR/UPLOADS/ARQUIVO/0F778F33261C82C546F70563ECEEE3F0.PDF> ACESSO EM DEZ. 2017
- 10. CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988. 292 P.
- 11. CRISTINE MARIA WARMLING, CHARLENE ROSIRIS CIPRIANI, FABIANA SCHNEIDER PIRES. PERFIL DE AUXILIARES E TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL QUE ATUAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. REV. APS. 2016 OUT/DEZ; 19(4): 592 601.A

- 12. CRISTINE MARIAWARMLING ET AL.B
- 13. CUTOLO, LUIS ROBERTO AGEA. O SUS E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS. ACM ARQ. CATARIN. MED, V. 32, N. 2, P. 49-59, 2003.
- 14. DUNNING, J. M. (1958). EXTENDING THE FIELD FOR DENTAL AUXILIARY PERSONNEL EN THE UNITED STATES. AM. J. PUBLIC HEALTH. SACRAMENTO; 1059-1064.
- 15. FRAZÃO, P.; NARVAI, PC. LEI N.º 11.889/2008: AVANÇO OU RETROCESSO NAS COMPETÊNCIAS DO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL?. TRAB. EDUC. SAÚDE (ONLINE), RIO DE JANEIRO, V. 9, N. 1, JUN. 2011.
- 16. GOMES, M. P. C. ET AL. O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES. CIÊNCIA & EDUCAÇÃO, BAURU, V. 16, N. 1, P. 181-198, 2010.
- 17. HENRIQUE SANT'ANNA DIAS 1 LUCIANA DIAS DE LIMA 2 MÁRCIA TEIXEIRA. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE NO SUS. CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA, 18(6):1613-1624, 2013.
- 18. KITANI, N. T.; CASTRO, G. P. (2015). MANUAL DO TSB E ASB. CÂMARA TÉCNICA DE TSB E ASB DO CRO-SP. 1ª ED. SÃO PAULO, SP. BRASIL.
- 19. LIMA RRT, VILAR RLA, CASTRO JL, LIMA KC. INTERPROFESSIONAL EDUCATION AND AGING: ANALYSIS OF PEDAGOGICAL HEALTH PROJECTS. INTERFACE (BOTUCATU). 2018; 22(SUPL. 2):1661-73
- 20. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA, 2016.16P. DISPONÍVEL EM: http://l89.28.128.100/DAB/DOCS/PORTALDAB/PUBLICACOES/ACOES POLITICA SAUDE BUCAL.PD F
- 21. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES). II ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES. BRASÍLIA, 2015. DISPONÍVEL EM: < WWW.CFN.ORG.BR/WP-CONTENT/.../2015/09/CONTEXTO-ATUAL-DA-FORMACAO-EM-SAUDE.PDF> ACESSO EM SET. 2017.
- 22. MINISTÉRIO DA SAÚDE. RELATÓRIO FINAL DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE; 1986. DISPONÍVEL EM: <CONSELHO.SAUDE.GOV.BR/.../RELATORIOS/RELATORIOICONFERENCIANACIONALDESAUDEBNU CAL.DOC> ACESSO EM SET. 2017.
- 23. MINISTÉRIO DA SAÚDE. RELATÓRIO FINAL DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE; 1993. DISPONÍVEL EM:<
 CONSELHO.SAUDE.GOV.BR/BIBLIOTECA/RELATORIOS/2_CONF_SAUDEBUCAL.DOC> ACESSO EM SET. 2017
- 24. MINISTÉRIO DA SAÚDE. RELATÓRIO FINAL DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2004. DISPONÍVEL EM: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/3_conferencia_nacional_saude_bucal_relatorio_final.pdf> ACESSO EM SET. 2017.
- 25. NARVAI, PAULO C. RECURSOS HUMANOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL: PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL. IN: KRIGER, LÉO (ORG.). PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL. SÃO PAULO: ABOPREV, ARTES MÉ- DICAS, 1997. P. 449-463.
- 26. ORLANDI, EP. ANÁLISE DO DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS. CAMPINAS: PONTES, 2007, 100P.
- 27. ORLANDI, EP. INTERPRETAÇÃO: AUTORIA, LEITURA E EFEITOS DO TRABALHO SIMBÓLICO. PETRÓPOLIS: VOZES, 1996, 150 P.

- 28. PAIM, J.S. A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E OS 25 ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). CADSAUDE PUBLICA, RIO DE JANEIRO, V. 29, N. 10, P. 1927-1953, 2013.
- 29. PEREIRA, IB; RAMOS, M. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: PERSPECTIVAS PARA ALÉM DE UMA FORMAÇÃO TÉCNICA. RIO DE JANEIRO: EDITORA FIOCRUZ, 2006, 120 PP.
- 30. PEREIRA, IDF; LAGES, I. DIRETRIZES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. COMPETÊNCIA OU PRÁXIS? TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2013, V.11, N2, P.319-338.
- 31. RAMOS, M. INTEGRALIDADE NA ATENÇÃO E NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE, IN: PINHEIRO, R.; MATTOS, RA. (ORGS.) CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DEMANDA: DIREITO À SAÚDE, TRABALHO EM EQUIPE, PARTICIPAÇÃO E ESPAÇOS PÚBLICOS. RIO DE JANEIRO: CEPESC/UERJ; ABRASCO, 2005, P. 207-221.
- 32. RAMOS, M. TRABALHO, EDUCAÇÃO E CORRENTES PEDAGÓGICAS NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS DA SAÚDE. 2 ED. RIO DE JANEIRO: ESPSV, UFRJ, 2010
- 33. RELATÓRIO FINAL DA 3.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL: ACESSO E QUALIDADE SUPERANDO EXCLUSÃO SOCIAL. BRASÍLIA: BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005.
- 34. RODRIGUES NR; ANDRADE CB. CARE IN THE TRAINING OF NURSING TECHNICIANS: AN ANALYSIS OF POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECTS. REV FUND CARE ONLINE. 2017 JAN/MAR; 9(1):106-113. DOI: http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.V9I1.106-113
- 35. SAÚDE BUCAL: ATUAÇÃO DO TÉCNICO E DO AUXILIAR, PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE, HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO. <u>TORRES MARCIA REGINA CARDOSO</u>, <u>TORRES MARA</u>. EDITORA SENAC SÃO PAULO, 6 DE AGO DE 2019 216 PÁGINAS
- 36. SUZANE MERIELY DA SILVA DUARTE ET AL. A PROCURA DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO BRASIL. BRAZ. J. HEA. REV., CURITIBA, V. 2, N. 5, P. 3994-4008 SEP./OUT. 2019.
- 37. TOASSI, R.F.C. ET AL. INTEGRATED CURRICULUM FOR TEACHING DENTISTRY: NEW DIRECTIONS FOR TRAINING IN THE FIELD OF HEALTHCARE. INTERFACE COMUNIC., SAUDE, EDUC., V.16, N.41, P.529-42, ABR./JUN. 2012. DISPONÍVEL EM: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2012.v16N41/529-544
- 38. TORRES, R. (2009). ATENDIMENTO EM SAÚDE BUCAL. REVISTA POLI: SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRABALHO. 1
- 39. TRAB. EDUC. SAÚDE, RIO DE JANEIRO, V. 14 N. 2, P. 575-592, MAIO/AGO. 2016
- 40. VENDRUSCOLO C, PADRO ML, KLEBA ME. INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE. CIENC SAUDE COLET. 2016; 21(9):2949-60.
- 41. VIANNA MIP, PAIM JS. ESTADO E ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL NO BRASIL NO PERÍODO PRÉ-CONSTITUINTE. IN: CHAVES SCL, ORGANIZADORA. POLÍTICA DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL -TEORIA E PRÁTICA. SALVADOR: EDUFBA; 2016, P. 79-115.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A- JUSTIFICATIVA DA NÃO APRESENTAÇÃO DO TCLE JUSTIFICATIVA DA NÃO APRESENTAÇÃO DO TCLE

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Justifico que o projeto intitulado "ANÁLISE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL E PRÓTESE DENTÁRIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO", de minha autoria, não apresenta Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por tratar-se de um estudo analítico e descritivo que não abordará, não recrutará e nem fará intervenções em pessoas, utilizando-se apenas de documentos e demais informações disponibilizadas pelas Instituições públicas situadas em Pernambuco que ofertam cursos Técnicos em Saúde bucal e Técnicos em Prótese Dentária.

Recife-PE, data: 16 / 11 / 2017

Comilla bouise de Yelo

APÊNDICE B- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Em referência à pesquisa intitulada "ANÁLISE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL E PRÓTESE DENTÁRIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO", eu, Camilla Louise de Melo, e minha equipe composta por Saulo Cavalcanti de Menezes e Itamar Lages (Orientador), comprometemo-nos a manter em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem os sujeitos da pesquisa, usando apenas para divulgação os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Comprometemo-nos também com a destruição, após o término da pesquisa, de todo e qualquer tipo de mídia que possa vir a identificá-lo tais como filmagens, fotos, gravações, questionários, formulários e outros.

Recife-PE, data: 14 / 11 / 2017

Camilla laquise de Hels

Camilla Louise de Melo Residente Multiprofissional em Saúde Coletiva- FCM/UPE

to Cardet the Mays

APÊNDICE C- CURRÍCULOS LATTES

Camilla Louise de Melo

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4094703616753403 Última atualização do currículo em 17/10/2017

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva em andamento pela Universidade de Pernambuco (UPE) . Tem interesse na área de saúde coletiva. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Camilla Louise de Melo

Nome em citações bibliográficas MELO, C. L.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

Especialização em andamento em Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. (Carga Horária: 5760h).

Universidade de Pernambuco, UPE, Brasil.
Bolsista do(a): Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, SES-PE, Brasil.

2011 - 2015

Graduação em Odontologia.
Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.
Título: Influência de antissépticos bucais clareadores na resistência de união de restaurações de resina composta.
Orientador: Dr Marcos Aurélio Bomfim da Silva.
Ensino Médio (2º grau).
Colégio Imaculada Conceição, CIC, Brasil.

Formação Complementar

2017 - 2017	Odontologia para Pacientes com Comprometimento Sistêmico. (Carga horária: 45h).
	Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
2017 - 2017	Situações Odontológicas Comuns em Atenção Primária à Saúde. (Carga horária: 45h).
	Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.
2015 - 2015	Extensão universitária em VER-SUS - Brasil (Facilitadora). (Carga horária: 108h).
	Ministério da Saúde, MS, Brasil.
2015 - 2015	Extensão universitária em VER-SUS - Brasil (Comissão Organizadora). (Carga horária:
	75h).
	Ministério da Saúde, MS, Brasil.
2014 - 2014	Monitoria na disciplina de Endodontia.
	Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.
2014 - 2014	Monitoria na disciplina de Saúde Coletiva I. (Carga horária: 192h).
	Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.
2011 - 2011	Minicurso Primeiros Socorros. (Carga horária: 4h).
	Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.

Atuação Profissional

Ministério da Saúde, MS, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2015 Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013 Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Saulo Cavalcanti de Menezes

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5669545169017039 Última atualização do currículo em 27/10/2017

Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Tem experiência na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com ênfase em Fisioterapia e Terapia Ocupacional, atuando principalmente nos seguintes temas: exercícios, qualidade de vida, auto-estima. e equilibrio,kinect,balance system. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Saulo Cavalcanti de Menezes❖
Nome em citações bibliográficas MENEZES, S. C.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

Especialização em andamento em Programa de Residência Multiprofissional em Saúde
Coletiva com ênfase em Ge. (Carga Horária: 5760h).
Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco, ESPPE, Brasil.
Bolsista do(a): Ministério da Saúde, MS, Brasil.

2009 - 2014
Graduação em Fisioterapia.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Formação Complementar

Torrinagao compre	incircui.		
2017 - 2017	MOBILIZAÇÃO MIOFACIAL - manual e IASTM TRAINING. (Carga horária: 16h). IASTM BRASIL, IASTMBR, Brasil.		
2015 - 2016	Programa de atualização em Fisioterapia em terapia intensiva adulta. (Carga horária: 190h).		
	Associação Brasil. Fisiot. Cardiorrespiratória e Fisiot. Terap. Intensiva, ASSOBRAFIR, Brasil		
2015 - 2016	Programa de atualização em fisioterapia cardiovascular e respiratoria. (Carga horária: 190h).		
	Associação Brasil. Fisiot. Cardiorrespiratória e Fisiot. Terap. Intensiva, ASSOBRAFIR, Brasil		
2015 - 2015	Osteopatia Clínica & Clinic Taping. (Carga horária: 30h).		
	RH Cursos:Consultoria e Assessoria, RH CURSOS, Brasil.		
2014 - 2014	II curso introdutório de cuidados paliativos. (Carga horária: 60h).		
	Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.		
2014 - 2014	Promoção da Equidade no Sistema único de Saúde (SUS). (Carga horária: 120h).		
	Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.		
2012 - 2012	Curso do Controle de Infecções em Serviços de Saúde. (Carga horária: 20h).		
	Instituto Politécnico de Ensino a Distância, iPED, Brasil.		
2012 - 2012	IPN -internet para pequenos negócios. (Carga horária: 16h).		
	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de João Pessoa, SEBRAE/PB, Brasil.		
2012 - 2012	ambientação. (Carga horária: 2h).		
	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de João Pessoa, SEBRAE/PB, Brasil.		
2012 - 2012	Curso de Saúde Pública. (Carga horária: 20h).		
	Instituto Politécnico de Ensino a Distância, iPED, Brasil.		
2011 - 2011	Introdução à neurobiologia da MEMÓRIA. (Carga horária: 8h).		
	Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.		

Atuação Profissional

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2014 Vínculo: ESTÁGIO VOLUNTÁRIO, Enquadramento Funcional: VOLUNTÁRIO

Itamar Lages

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9337159370801893 Última atualização do currículo em 28/10/2017

Enfermeiro. Sanitarista. Professor da Universidade de Pernambuco dos cursos de graduação em enfermagem, residência em enfermagem, residência multiprofissional em saúde coletiva, residência multiprofissional em saúde da famílias com ênfase nas populações do campo. Mestre em Saúde Coletiva. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Itamar Lages	
Nome em citações bibliográficas	LAGES, I.	

Endereço

Lilucicyo		
Endereço Profissional	Universidade de Pemambuco, Faculdade de Eneramgem N. Sra. das Graças.	
	Rua Arnóbio Marques, 310	
	Santo Amaro	
	50110-100 - Recife PF - Brasil	

Formação acadêmica/titulação

2000 - 2002	Mestrado em Saúde Pública.
	Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
	Título: Programa Saúde da Família: uma apreciação dos seus usuários e trabalhadores,And de Obtenção: 2002.
	Orientador: José Augusto Cabral de Barros.
	Palavras-chave: Programa Saúde da Família; Modelos Tecnoassistenciais; Análise de
	Discurso.
1992 - 1993	Especialização em Administração dos serviços de saúde.
	Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
	Título: Diagnóstico Administrativo e Sanitário do Centro de Reidatação Pediátricas Maria
	Cravo Gama.
	Orientador: Maria Dolores Paes da Silva.
1983 - 1991	Graduação em Enfermagem.
	Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
	Título: Diagnóstico sanitário da comunidade de Iratama.
	Orientador: Maria Lúcia Ferreira Lima.

Formação Complementar

2004 - 2004	Risco, vulnerabilidade, prevenção e promoção. (Carga horária: 30h).
	Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO, Brasil.
2003 - 2003	Integralidade na atenção e no cuidado em saúde. (Carga horária: 30h).
	Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de Pernambuco, UPE, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - Atual Atividades 02/1997 - 08/1998 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Docente, Carga horária: 30

Direção e administração, Faculdade de Enerangem N. Sra. das Graças, .

Cargo ou função Coordenador de Curso.

8. ANEXOS

ANEXO A- CARTAS DE ANUÊNCIA



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo CAMILLA LOUISE DE MELO, estudante do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas – FCM da Universidade de Pernambuco – UPE e SAULO CAVALCANTI DE MENEZES estudante do programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Escola de Governo em Saúde Pública-ESPPE, a desenvolver pesquisa nas Escolas Estaduais vinculadas a esta Secretaria Executiva de Educação Profissional, como o tema: Análise do Projeto Ético-Político dos Técnicos em Saúde Bucal e Prótese Dentária em Instituições Públicas de Pernambuco, orientador Professor Ms. ITAMAR LAGES e de acordo com a resolução 466/2012-CNS/CONEP.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar aos participantes, ao término da pesquisa, um retorno dos resultados da pesquisa e preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante.

Estarei ciente que me são resguardados e abaixo listados:

- O cumprimento das determinações éticas aplicadas a Secretaria de Educação.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa;
- A liberdade de recusar a participar ou retirar minha anuência, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- A garantia de que nenhuma das pessoas envolvidas será identificada e terá assegurado privacidade quanto aos dados envolvidos na pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco decorrente da participação na pesquisa;
- O(s) pesquisador(es) comprometem-se a trazer para esta Gerência o relatório final da pesquisa através da cópia em Compact Disk (CD), uma vez que só serão autorizadas novas pesquisas se não houver pendências de devolutiva do serviço

Tenho ciência do exposto e concordo em fornecer subsídios para a pesquisa.

Recife, 22 de novembro de 2017.

Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra Secretário Executivo de Educação Profissional

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Av. Afonso Olindense, 1513, Várzea, Recife-PE | CEP 50.810-900 | Bloco I Fone: (81) 3183-9783 | Fax: (81) 3183-9784 | seep@educacao.pe.gov.br



Recife, 06 de dezembro de 2017.

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente da realização da pesquisa: ANÁLISE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE E PRÓTESE DENTÁRIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO, dos pesquisadores: CAMILLA LOUISE DE MELO e SAULO CAVALCANTI DE MENEZES, vinculados ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas- FCM da Universidade de Pernambuco — UPE e ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com ênfase em Gestão de Redes de Atenção da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco — ESPPE/SES, respectivamente, sob a orientação do Professor Mestre Itamar Lages, nas dependências da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco- ESPPE, da Secretaria Estadual de Saúde/PE, e afirmo que esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, condicionada à aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Sendo assim autorizo sua execução, desde que os pesquisadores cumpram aos requisitos da Res. CNS 466/12 e suas complementares, comprometendose a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins de pesquisa.

CELIA BORGES

Diretora Geral da ESPPE

Rua Quarenta e Oito, 224 – Espinheiro – Recife – PE CEP: 52.020-060 - Fone: 3184-4093

ANEXO B- TERMOS DE CONCESSÃO







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ALMIRANTE SOARES DUTRA

TERMO DE CONCESSÃO

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Concedo o uso da Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra aos pesquisadores Camilla Louise de Melo e Saulo Cavalcanti de Menezes, sob responsabilidade da pesquisadora principal, da Universidade de Pernambuco para desenvolverem sua pesquisa intitulada "Análise do Projeto Ético-Político dos Técnicos em Saúde Bucal e Prótese Dentária em instituições públicas de Pernambuco", sob orientação do Professor Itamar Lages.

Toda equipe deverá cumprir com as determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP, garantindo esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa e que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa. No caso do não cumprimento das garantias acima, terei a liberdade de revogar meu consentimento a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Recife, 14 de Novembro de 2017.

Oscar José do Nascimento Nelo - Gestor Escolar Mat. 239 918-0

Mat. 239.918-0 Port. nº 5590 de 10 / 08 / 2011

Praça General Abreu e Lima S/N - Santo Amaro - CEP 50040-210 - Recife - PE - FONE: 3231-4611- FAX: 3181-3971



TERMO DE CONCESSÃO

Concedo o uso da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco - ESPPE aos pesquisadores Camilla Louise de Melo e Saulo Cavalcanti de Menezes, sob responsabilidade da pesquisadora principal, da Universidade de Pernambuco para desenvolverem sua pesquisa intitulada "ANÁLISE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL E PRÓTESE DENTÁRIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO", sob orientação do Professor Itamar Lages.

Toda equipe deverá cumprir com as determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP, garantindo esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa e que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa. No caso do não cumprimento das garantias acima, terei a liberdade de revogar meu consentimento a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Son tedo o uso da Escola de Coverno em Saúde Pública de Peruambico - ESP El aos

descevolt crem sua pesquira indialada "ANALISE DO PROJETO ÉTACO-PO, I HCO

Recife, 16 de Novembro de 2017. Principale da Universidade de Fernandaco para

DOS TECNICOS EM SALDE AMBISTA

POSTEL SIÇÕES PUBLICAS DICELIA BORGES

Diretora Geral da ESPPE

Rua Quarenta e Oito, 224 – Espinheiro – Recife – PE CEP: 52.020-060 - Fone: 3184-4093

ANEXO C- FOLHA DE ROSTO

Plataforma MINISTÉRIO		ho Nacional de Saúde - Comis TO PARA PESQUISA ENVOL	são Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP VENDO SERES HUMANOS
1. Projeto de Pesquisa: ANÁLISE DO PROJETO ÉTICO-POL PERNAMBUCO	ÍTICO DOS TÉCNICO	S EM SAÚDE BUCAL E PRÓ	TESE DENTÁRIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
2. Número de Participantes da Pesqu	isa: 0		
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 4. Ciências da Saúde, C	Grande Área 6. Ciência	us Sociais Aplicadas, Grande Á	rea 7. Ciências Humanas
PESQUISADOR RESPONSÁ	VEL		
5. Nome: CAMILLA LOUISE DE MELO			
6. CPF:	7. Endereço (Rua		
095.745.074-59			01 RECIFE PERNAMBUCO 50070125
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 81995653842	10. Outro Telefone:	11. Email: camilla.lm@hotmail.com
Data: <u>() &</u> /	11 / 17		Camilla boerise de ifelo Assinatura
INSTITUIÇÃO PROPONENTI	■		
12. Nome: INSTITUTO DE APOIO A FUNDACA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO		J:	14. Unidade/Órgão: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco
15. Telefone: (81) 3184-1200	16. Outro Telefor	ie:	- Ontained
Complementares e como esta institui Responsável: Profa Di Faculdade	ável pela instituição): I ção tem condições par ione Tavares Maciel de Ciências Mádicas - UPE ora - Mat. 7536-1	ra o desenvolvimento deste pro	rei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas ojeto, autorizo sua execução.
Data: <u>08</u> / 1	1 / 17	_	Mouden (Assinatura
PATROCINADOR PRINCIPA	L		